

PARECER TÉCNICO
Comparativo Orçamentário
Justiça do Trabalho
2018

Lei Orçamentária Anual - Justiça do Trabalho

LOA 2015	Exec. 2016	LOA 2017	LOA 2018
16.676.696.355	17.561.932.258	20.133.813.958	20.903.063.300
PLOA 2015	PLOA 2016	PLOA 2017	PLOA 2018
16.246.301.713	17.873.221.511	20.055.892.944	20.903.063.300
	LOA 2016		
	17.126.685.840		

Exec. 2013	PLOA 2014	PLOA 2015	PLOA 2015
14.820.435.051	15.410.737.549	16.246.301.703	16.676.696.355
	Exec. 2014	Exec. 2015	
	15.324.820.180	17.201.293.854	

A tabela acima representa o orçamento da Justiça do Trabalho conforme o Projeto de Lei Orçamentária Anual e a Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso Nacional. A execução do orçamento em 2016 contou com custeio, pelo relator na tramitação do PLOA.

Os valores totais referentes a 2017 e 2018, aprovados pelo Congresso Nacional, englobam os cortes e contingenciamentos orçamentários determinados pelo Poder

Executivo. Com os limites orçamentários determinados pela Lei do Teto, o Tribunal Superior do Trabalho priorizou a conclusão de obras e reformas em execução de alguns Tribunais Regionais do Trabalho, mas não o suficiente para atender a todos. No Programa “Prestação Jurisdicional Trabalhista”, em decorrência do preconizado pela Lei do Teto, com a aposentadoria e óbito, média de 38/ano de juízes e desembargadores, são deixadas vagas que não podem ser preenchidas. Seria interessante que se pensasse em alteração na Lei.

Programa, Função e Subfunção - Justiça do Trabalho:

	Exec. 2016	LOA 2017	LOA 2018
	17.561.932.258	20.133.813.958	20.903.063.300
PROGRAMA			
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	3.921.740	3.605.245.245	4.402.702.726
Prestação Jurisdicional Trabalhista	13.640.122.473	14.712.687.413	16.225.535.271
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	226.045	1.815.881.300	287.161
Reserva de Contingência	0	0	274.538.142
FUNÇÃO			
Judiciária	13.640.122.473	14.712.687.413	16.225.535.271
Previdência Social	3.921.809.785	3.605.768.404	4.402.702.726
Encargos Especiais	0	1.815.358.141	287.161
Reserva de Contingência	0	0	274.538.142
Ação Judiciária	138.560.158	145.000.000	150.354.551
Administração Geral	12.454.235.037	11.766.090.512	12.798.423.866
Tecnologia da Informação	48.706.970	152.567.503	97.415.957

Formação de Recursos Humanos	4.753.704	10.482.823	13.914.638
Comunicação Social	13.464.431	29.284.847	27.554.529
Previdência do Regime Estatutário	3.921.583.740	3.605.245.245	4.402.702.726
Previdência Especial	226.045	523.159	0
Atenção Básica	381.591.300	363.413.124	387.690.420
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	598.810.873	596.645.220	601.373.040
Outros Encargos Especiais	0	3.464.561.525	2.149.095.431
Reserva de Contingência	0	0	274.538.142

Em 2016 foi alocado no Projeto de Lei do Orçamento Anual, PLOA, para a Justiça do Trabalho R\$ 17.873.221.511, R\$ 1.626.919.798 a mais que no Orçamento de 2015. Resultado final: aparentemente houve redução de R\$ 1.626.919.798 no Orçamento da Justiça do Trabalho, porém, foram apresentadas emendas individuais e coletivas em favor de Tribunais Regionais do Trabalho, cortadas pelo relator devido ao corte geral de 90% em investimento e 50% de custeio. Na execução anual do orçamento houve remanejamento e crédito extraordinário em benefício de alguns Tribunais Regionais. De 2017 para 2018: aproximadamente 4,9% de acréscimo no Orçamento da Justiça do Trabalho. Cortes e contingenciamentos reduzem o orçamento da Justiça do trabalho durante a execução orçamentária anual.

É o parecer.

Justiça do Trabalho – Orçamento autorizado e pago

2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 **2014 2015 2016**

2004 autorizado – Pago; 2005 Autorizado – Pago; 2006 Autorizado – Pago; 2007 Autorizado – Pago; 2008 Autorizado – Pago; 2009 Autorizado – Pago; 2010 Autorizado – Pago; 2011 Autorizado – Pago; 2012 Autorizado – Pago; 2013 Autorizado – Pago; 2014 Autorizado – Pago; 2015 Autorizado – Pago; 2016 Autorizado – Pago.

Justiça do Trabalho: 2004 = 13,0 - 12,4; 2005 = 13,4 - 11,4; 2006 = 15,5 - 14,8; 2007 = 16,1 - 15,1; 2008 = 17,1 - 16,5; 2009 = 19,1 - 18,5; 2010 = 18,2 - 17,6; 2011 = 18,0 - 17,3; 2012 = 18,9 - 17,4; 2013 = 19,1 - 17,6.

Justiça Federal: 2004 = 8,7 - 8,1; 2005 = 10,7 - 9,4; 2006 = 12,5 - 11,5; 2007 = 13,9 - 12,9; 2008 = 15,5 - 14,9; 2009 = 18,3 - 17,4; 2010 = 10,3 - 9,5; 2011 = 10,0 - 9,3; 2012 = 10,1 - 9,3; 2013 = 10,2 - 9,6

Órgão	2014	2014	2015	2015	2016	2016
	Aut.	Pago	Aut.	Pago	Aut.	Pago
J. Trab.	18,7	17,4	19,1	18,1	17,9	17,3
J. Fed.	10,9	10,1	11,1	10,2	10,4	10,0

2016 2015 Execução - Variação % (pago + RP pago) - Autorizado (a) - Empenhado (b) Pago - (c) RP pago (d) - Autorizado (e) - Pago (f) - RP pago (g) - 2016 c/a (%) 015 f/e (%) 2016/2015

Órgão	2016	2016	2016	2016	2015	2015	2015	Exec.	Exec.
	Aut. (a)	Emp. (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Aut. (f)	Pago (g)	RP pago (h)	2015 c/a (%)	2016 f/e (%)
Trab.	17,9	17,6	17,3	0,5	17,6	16,66	0,53	96,9%	94,9%
Fed.	10,4	10,3	10,0	0,4	10,2	9,42 ^o	0,45	96,3%	92,1%

Aut. = Autorizado; Emp. = Empenhado; RP = Restos a pagar; Exec. = Executado.

Variação % (pago + RP pago) 2016/2015 = 3,8%

Variação % (pago + RP pago) 2016/2015 = 6,0%

Brasília, 20 de junho de 2018.



Paulo Pires de Campos
Coordenador de Projetos